



Campanha Salarial 2017: vigilantes aprovam reajuste salarial em SC



Os vigilantes de Santa Catarina aprovaram em assembleias a proposta de reajuste de 5,44% no salário (INPC de janeiro, referência para a data-base de fevereiro da região) e 8,57% de reajuste no tíquete-alimentação.

Segundo a Federação, a decisão da categoria foi em assembleias realizadas nos Sindicatos dos Vigilantes de Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Lages, Joaçaba, São José, Tubarão, Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento.

A CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada parabeniza a união para o fortalecimento

da categoria, assim como a resistência dos trabalhadores que não deixaram os patrões realizarem retrocessos nos seus direitos, após constantes pressões.



SEESVISSP realiza mesa redonda para cobrar soluções no plano de saúde dos vigilantes

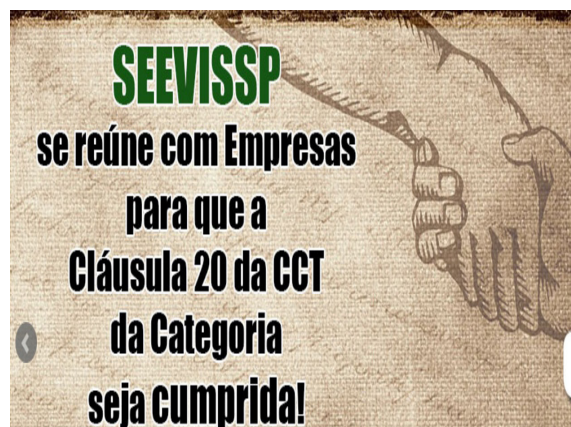
O Sindicato não tolerará qualquer medida que prejudique os trabalhadores e solicitou medidas urgentes

O SEESVISSP realizou uma mesa redonda, na última quarta-feira (9), com a empresa G4S Vanguarda e Ameno Assistência Médica para cobrar soluções em relação as reclamações na dificuldade de acesso ao atendimento médico e hospitalar recebidas pelos vigilantes.

Com a presença do Presidente do Sindicato, Pedro Dantas, foi exigido soluções para o problema em agendamento de consultas por escassez na rede credenciada, na precariedade do atendimento e inoperabilidade do sistema de agendamento de consultas e exames nas redes da operadora Ameno.

Segundo o Sindicato, em resposta, “os representantes da Ameno se comprometeram, em até 48 horas, atualizar a rede credenciada, inclusive com atendimento 24 horas, em seu sítio eletrônico, bem como em facilitar os agendamentos e atendimentos dos vigilantes via plataforma digital própria (aplicativo) a fim de dar uma melhor vazão ao atendimento dos trabalhadores.

A G4S e a Ameno se comprometeram, ainda, em até 15 (quinze) dias, normalizar os



atendimentos, agendamentos e consultas médicas, especialmente em expandir sua rede credenciada. Além disso, será designado um funcionário que fará o trabalho de “relações empresariais” para atender os vigilantes.

Por fim, para provar o alegado as empresas apresentarão, em até 15 (quinze) dias, seus relatórios de atendimento, histórico da empresa, listagem e exposição da rede médica e ambulatorial credenciada, com o detalhamento de seu atendimento, se é integral ou parcial, suas considerações e documentações provando não haver quaisquer irregularidades”.

Caso descumpridos esses termos, o Sindicato se valerá dos atos administrativos e judiciais a este inerente. A CONTRASP parabeniza a conduta do SEESVISSP e reforça o seu apoio ao trabalho da entidade.